Nº 67 | SETEMBRO/2018 | GESTÃO 2016-2018

FILIADO PROIFES FEDERAÇÃO CUT BAHIA

XIV Encontro Nacional do PROIFES: revogação da EC 95 é pauta central

Pág. 3

Apub realizou o seu I Congresso Docente

Pág.4

Jornal APUB

50 ANOS 1968 2018 APUB SINDICATO

JORNAL DO SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA

A crise brasileira nas urnas

Pág. 6

50 anos da Apub Sindicato

No dia 25 de agosto, a Apub Sindicato celebrou os 50 anos de luta e história no Museu de Arte Sacra da UFBA. A celebração contou com homenagem ao professor Guilherme Radel, primeiro presidente da Apub, e homenagens póstumas às professoras Sofia Olszelwski Filha, que ganhou uma pequena exposição no espaço, e Suzana Alice Cardoso.

EDITORIAL

Votos para a universidade pública

Não foram poucos os percalços que o Brasil atravessou nos últimos anos e não serão menores as dificuldades que o próximo governo enfrentará para superar a crise política e econômica instaurada. Antecipa-se a isso as eleições, que nesta conjuntura assume o peso real que tem de definir os rumos do país. Pensando, portanto, em contribuir com este momento, esta edição do Jornal traz reflexões sobre este cenário eleitoral pouco previsível (pag. 06 e 07), em que há, de um lado, a pulverização dos votos entre os candidatos à presidência ao mesmo tempo em que se acirra a polarização e disputa de projetos bastante distintos.

E como parte do campo progressista e comprometida com os direitos da população brasileira, a Apub Sindicato tem a tarefa de continuar, seja qual for a candidatura eleita nas urnas, sua luta em defesa da universidade pública e da ciência e tecnologia que estão seriamente ameaçadas no atual cenário de restauração do projeto neoliberal no país e no mundo. E assim sendo, relatamos aqui (pag. 02) nossa aposta na ampliação do diálogo e das articulações com entidades nacionais e internacionais para denunciar o quadro de desmonte de nossas instituições de ensino superior. Diante da necessidade de pensar sobre tantos desafios em perspectiva, numa conjuntura que deixou a Democracia cambaleante e a Universidade como foco de ataques do autoritarismo e do conservadorismo, a Apub realizou seu I Congresso Docente (pag. 04 e 05), aproveitando também para celebrar seus 50 anos de história.

Ainda, sabemos que há uma questão fundamental que exigirá muito enfrentamento e unidade dos setores organizados da sociedade brasileira: a revogação da Emenda Constitucional 95, pauta central de luta do PROIFES-Federação que foi reafirmada no seu XIV Encontro Nacional (pag.03). Sem a revogação, não será possível retomar a agenda de ampliação dos direitos e sequer recuperar as perdas que tivemos pós-golpe em 2016. E para isso, é preciso, desde já, cobrar das candidaturas que se comprometam com a garantia dos serviços públicos de qualidade, como explicitado na Carta aberta da Federação às/aos candidatas/os (pag.08).

De nossa parte, nos manteremos mobilizados e contribuindo para a consolidação de um Estado democrático, de direitos e inclusivo.

Entidades realizam articulação internacional em defesa da Universidade Pública, Ciência e Tecnologia

Diante de um cenário mundial de ataques dos mais diversos à Universidade Pública, à pesquisa e desenvolvimento científico, entidades vêm organizando uma reação conjunta; no dia 05 de setembro, a Apub recebeu a professora Maria José Malheiros, representante da FMTS (Federátion Mondiale des Travailleus Scientifiques). A Federação tem base na França, mas congrega entidades de cerca de 20 países entre Europa, África, América do Sul e do Norte e, recentemente, aprovou a realização de uma campanha de denúncia da situação das universidades públicas e do campo da Ciência e Tecnologia no Brasil.

Na reunião do dia 05, – com a presença da presidenta da Apub e vice-presidenta do PROIFES, Luciene Fernandes, do professor Emiliano José, do reitor da UFBA, João Carlos Salles (representando a Andifes), da jornalista científica Mariluce Moura, da diretora de Políticas Educacionais da UNE, Júlia Louzada e, via internet, da presidenta da ADUFABC e Coordenadora do GT de Ciência e Tecnologia do Projeto Brasil Popular, Maria Carlotto, – a professora Maria José leu uma carta de solidariedade ao Brasil em razão dos ataques à autonomia universitária e liberdade de cátedra que vêm ocorrendo em nossas instituições. Ela ainda fez uma breve exposição sobre o cenário das universidades francesas e em outras partes do mundo, reiterando que o processo progressivo de sucateamento das instituições públicas e de mercantilização da educação e da ciência é um fenômeno que extrapola as fronteiras nacionais. Essa avaliação foi secundada pela professora Luciene que relatou sua experiência no encontro Educação 20, que reuniu sindicalistas e organizações da educação, no dia 3 de setembro, em Buenos Aires, Argentina. Em seguida, foi debatida uma articulação entre entidades brasileiras para construir um documento base de denúncia e uma agenda de atividades unificadas em defesa das universidades, ciência e tecnologia e democracia.

Entre os encaminhamentos, foi decidido convidar a FMTS para participar de uma reunião do Conselho Deliberativo da Andifes; coletar assinaturas e convidar entidades interessadas em contribuir com o documento de denúncia para realizar uma atividade mais ampla de lançamento no Brasil de uma campanha mundial e levar uma delegação da Bahia para participar da Assembleia Geral Internacional da FMTS, que acontecerá em dezembro.

APUB SINDICATO

JORNAL DA
APUB SINDICATO DOS
PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR DA BAHIA

Rua Aristides Novis, 44,
CEP 40210-630
Federação - Salvador – Bahia

71 3235-7433
apub@apub.org.br
www.apub.org.br
www.facebook.com/
apub.sindicato/
twitter.com/apubsindicato

PRESIDENTA
Luciene da Cruz Fernandes

VICE-PRESIDENTE:
Ricardo Fernandes Carvalho

DIRETORA ADMINISTRATIVA:
Danielle Souto de Medeiros

DIRETORA FINANCEIRA:
Leopoldina Cachoeira Menezes

DIRETORA ACADÊMICA:
Raquel Nery Lima Bezerra

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
E CULTURA:
Hebe Alves da Silva

DIRETOR SOCIAL E DE
APOSENTADOS
Elvira Barbosa Quadros Cortes

Redação:
Anaíra Lôbo
Carolina Guimarães
Jordan Dafné
ascom@apub.org.br
WhatsApp: 71 9.9157-0037

Diagramação:
Carlos Vilmar

Impressão:
Gráfica GRASB
Tiragem:
3.500 exemplares
Fechamento da edição:
12/09/2018

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

71 3235-7433
apubsindicato
apub@apub.org.br/ouvidoria@apub.
www.apub.org.br
www.facebook.com/apub.sindicato
twitter.com/apubsindicato
www.youtube.com/ApubSindicato

Adicione o WhatsApp da Assessoria de Comunicação da Apub Sindicato e receba notícias e informações sobre a categoria.

71 9.9157-0037

Em seu XIV Encontro Nacional, PROIFES ratifica centralidade da revogação da EC 95 e defesa dos direitos humanos

EVENTO ACONTECEU EM SÃO LUÍS, MARANHÃO, ENTRE 25 E 28 DE JULHO

A defesa da categoria docente e da universidade pública passa necessariamente pela luta para revogar a Emenda Constitucional 95 e fortalecer a democracia no Brasil. Essa afirmação transitou por todos os debates durante os quatro dias do XIV Encontro Nacional do PROIFES-Federação. As resoluções finais também reafirmaram a luta que vem sendo travada pela entidade desde quando a medida do teto dos gastos foi proposta pelo governo Temer como PEC 241. "É o mínimo obrigatório [a revogação] se quisermos que a Educação pública e o Brasil tenham futuro", afirmou o professor Gil Vicente, diretor do PROIFES, que elaborou um estudo sobre os impactos da EC 95, cujas projeções demonstram o retrocesso de décadas do investimento público na educação. Estima-se que nos próximos 10 anos, a redução orçamentária será de 35%.

O congelamento dos gastos sociais por 20 anos inviabiliza, entre outras coisas, a continuidade da expansão e democratização da universidade pública e a consolidação do Plano Nacional de Educação; precariza o ensino, a pesquisa e extensão universitárias, assim como é um entrave para o desenvolvimento científico e tecnológico do país; e impede a abertura de novos concursos públicos e a melhoria das condições da carreira e salário dos professores e professoras, sendo todas essas pautas indissociáveis do movimento docente. De tal modo que os efeitos dessa política já estão sendo sentidos nas Universidades, principalmente nas mais novas, que são fruto da expansão dos últimos 15 anos, e mais ainda nos Institutos Federais, cenário que foi exposto de maneira contundente no Encontro, inclusive pela delegação da Apub que contou com docentes da UFRB (campus Santo Antônio de Jesus), UNILAB (São Francisco do Conde), UFBA (campus Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista) e do IFBaiano de Serrinha. No total, o sindicato levou 16 docentes – 07 delegadas/os eleitas/os, 07 observadores/as e 02 representando a diretoria – que participaram ativamente de todas as discussões, além de terem contribuído com a formulação de 10 teses, dentre as 39 que foram apresentadas durante o Encontro.

É, portanto, inquestionável que a EC 95 projeta o desmonte dos serviços públicos e representa a negação de direitos conquistados ou ainda em disputa. Também tema de profundos debates no evento, a ofensiva contra os direitos humanos é questão cara para o projeto de universidade inclusiva, democrática, laica e plural. Nesse sentido, o Encontro Nacional foi um divisor de águas não apenas para o PROIFES, que em 2017 constituiu o GT Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e sexualidades, mas também para o movimento docente. Foram aprovadas propostas que versam sobre a atuação docente no combate à discriminação e opressão, a defesa dos/as pesquisadores/as e grupos de pesquisa da área que estão sofrendo retaliações e ataques nesta conjuntura de restauração do neoliberalismo e conservadorismo, e o engajamento do movimento sindical tanto na resistência contra a perda de direitos quanto na formulação de políticas públicas. "Ao incluir como um dos cinco temas do Encontro as questões relacionados à defesa e promoção dos Direitos Humanos, seus impactos, avanços e desafios nas Universidades e Institutos Federais, o PROIFES demonstrou estar na vanguarda do movimento sindical docente, e conectado com demandas das professoras e professores, sindicatos e, em maior grau, da educação brasileira, pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada", destacou a presidenta da Apub e vice-presidenta do PROIFES, Luciene Fernandes.

congresso docente da apub

50 anos Apub:
o movimento docente e
o futuro da universidade pública

22 agosto

I Congresso Docente da Apub reafirma defesa da Universidade e Democracia

Foram quatro dias de debates, com 355 participantes e 43 trabalhos apresentados em seis diferentes GTs.
O I Congresso Docente da Apub foi um importante momento para o debate de ideias e apresentação de propostas pautadas na defesa da Universidade Pública, da educação de qualidade e da Democracia no país.
O evento congregou membros da comunidade universitária, principalmente docentes de distintas gerações, além de outras instituições de ensino e de organizações sociais, para debater temas fundamentais para o movimento docente e para a própria universidade pública.

Durante a Plenária Final, a diretora Raquel Nery destacou o interesse e engajamento da base no evento: "nós tivemos reconhecimento e validação dos pares porque esse Congresso teve inscrição, submissão de resumos e participação de professores ativos e aposentados", disse. Na avaliação da presidenta da Apub, professora Luciene Fernandes, o Congresso alcançou o objetivo pretendido de ser um espaço de escuta de propostas e formação política: "a ideia era, justamente, saber, num momento como esse, sobre o que a base considera que o sindicato deveria lutar, trabalhar, porque nós estamos em várias frentes. O material vai dar subsídios à diretoria em relação ao que já fazemos e o que ainda precisamos fazer".

Mesa "Universidade e Democracia na Crise Brasileira"

A primeira mesa do Congresso reuniu o professor da Unicamp Boito Jr., a procuradora Eugenia Augusta Gonzaga, presidenta Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e o re UFBA, João Carlos Salles. Boito sustentou que o governo Tem resultado de uma ofensiva política e restauradora do capital i aliado a setores da burguesia brasileira. Já Eugenia explicou momento atual é uma das consequências de o país não ter lid adequadamente com o legado autoritário da Ditadura Militar. refletiu sobre os desafios da democracia dentro da Universida para a necessidade de não se subestimar as batalhas internas

23

Primeiro dia de apresentações nos Gts

Durante a tarde, aconteceram apresentações de trabalhos nos GTs: Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e diversidade sexual; Educação, Ação Política e Democracia; e Universidade, Cultura e Democracia + Autonomia e Judicialização da vida universitária. Após as apresentações, foram realizados debates em cada grupo.

Mesa “Análise da Conjuntura e Construção de um Projeto para o Brasil”

A mesa do dia propôs ampla discussão sobre as origens, inter-relações e possíveis saídas para a crise que o Brasil vivencia, com contribuições do jornalista Luís Nassif (Jornal GGN), da professora Tatiana Berringer, coordenadora do bacharelado de Relações Internacionais da UFABC e do professor da Faculdade de Economia da UFBA, Luiz Filgueiras. A coordenação foi de Cláudia Miranda e Edilza Sotero, ambas docentes da Faced/UFBA.

24

Segundo dia apresentações de trabalhos

A última rodada de apresentações nos Grupos de Trabalho trouxe os seguintes temas: Educação, Ação Política e Democracia, Ciência e Tecnologia, e Financiamento, expansão e condições de trabalho + carreira e aposentadoria. Antes, aconteceu ainda uma oficina sobre questões jurídicas com o advogado Pedro Ferreira, que abordou as principais ações de interesse dos docentes, como a dos 3,17%, retroativo de promoções e progressões, entre outras.

Mesa “Desafios do Movimento Docente”

O movimento sindical docente e os desafios na construção de um projeto nacional pautado na democracia, na equidade e na diversidade foi o grande tema que aliou as distintas contribuições dos/as debatedores/as Ronaldo Pagotto, representando o Projeto Brasil Popular; Adércia Hostin, coordenadora do Fórum Nacional Popular de Educação; Tatiana Berringer (UFABC); Nilton Brandão, presidente do PROIFES-Federação; e Maria Stella Brandão Goulart, presidenta da Apubh. A mesa foi coordenada pela presidenta da Apub, Luciene Fernandes e pelo professor Nildo Ribeiro (ICS/UFBA).

25

Plenária Final

A Plenária realizou a leitura do Documento Final, contendo uma síntese das mesas e dos grupos de trabalho, que servirá para auxiliar na atuação do sindicato, considerando as diversas contribuições de professores e professoras e também dos/as estudantes que participaram do evento.

Além do voto

O cenário eleitoral demonstra fragmentação da sociedade entre agendas e candidaturas divergentes e aponta para o voto mais crítico

Crise de representatividade, desconfiança nas instituições, descrença na política são sintomas de uma grave crise política que o Brasil tem vivido nos últimos anos, mas também consequências. A população assiste e sente fortemente a imprevisibilidade sobre o futuro, os problemas sociais derivados não apenas da crise econômica global, mas principalmente das decisões governamentais no contexto, e os conflitos entre os três poderes que comandam o país. Em meio a tudo isso, a incerteza se haveria de eleições diretas em 2018, após o duro golpe do impeachment, soou como ameaça em um país que vivencia ainda as sequelas da Ditadura Militar, e colocou em xeque a consolidação da nossa jovem democracia.

As eleições acontecerão, no entanto, as dúvidas agora pairam nas previsões dos cenários diante de um pleito bem distinto dos últimos. Chama atenção não o número de candidatos à presidência, mas a quantidade de possíveis concorrentes ao segundo turno, o que demonstra uma mudança de comportamento da sociedade em relação ao voto e dá um pouco de trabalho para os que ousam traçar cenários prováveis.

Na visão do professor de Ciência Política da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Claudio André de Souza, existem dois fatores que fundamentaram o contexto atual: a interrupção do projeto democrático-participativo, através do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, uma vez que as elites não quiseram mais sustentar um pacto civilizatório que combinasse interesses das classes burguesa e trabalhadora; e em seguida, os efeitos da Operação Lava Jato, que trouxe uma ruptura na forma de competição política, principalmente em relação ao financiamento de campanhas, e logo a direita neoliberal precisou retomar a coordenação política do governo e controlar as ações da Lava Jato. "Podemos dizer que houve um golpe no instituto do impeachment", destaca o professor.

Ele também lembra que nas disputas societárias no Brasil, após a redemocratização, tivemos que conviver com a sombra do autoritarismo no âmbito social e político e que diante do cenário de luta contra o PT e contra Dilma, abriu-se uma perspectiva de valorizar setores da sociedade que se identificam com o projeto autoritário, o que justifica a candidatura, em parte bem sucedida, de figuras como Jair Bolsonaro. "O cenário se apresenta como disputa de três campos ideológicos: democrático-participativo [Lula/Fernando Haddad/Ciro Gomes/Marina Silva, com conflitos]; neoliberal [Geraldo Alckmin/Henrique Meirelles/João Amoedo] e autoritário [Bolsonaro/Cabo Daciolo]. Essa disputa não se dá somente no campo político-eleitoral, mas no chão da sociedade", explica ao ressaltar que o processo eleitoral não será capaz de esgotar este conflito, já que ele se mostra presente nas universidades, nas redes sociais, nas relações de trabalho e afins. Segundo Claudio, "o Brasil está vivendo um ciclo de politização da sociedade civil em uma conjuntura de crise de representação do sistema político. Será ele capaz de representar e de vocalizar estas forças sociais contraditórias? A democracia no Brasil está sendo testada".

É justamente essa presença do debate político em instâncias do cotidiano que leva o professor e pesquisador da UFBA em Ciência Política, Paulo Fábio Dantas, a acreditar que o eleitor brasileiro está mais maduro, fator essencial para a consolidação da democracia. "As incertezas existem, mas elas não são decorrentes da falta de interesse da população pela política, pelo contrário, ao meu ver essa aproximação está sendo maior do que foi em outros momentos. Vê-se nas pesquisas uma quantidade grande de eleitores que ainda não decidiram em quem votar, sinal de maturidade e não de alheamento", afirma.

> *"Mas seja qual for o governo, ele terá dificuldades de mediar interesses de segmentos da sociedade que estão mobilizados. Vai depender da capacidade de liderança do novo governo de conduzir o debate no congresso e também na sociedade."* Claudio André

Para o pesquisador, outro fator que aponta para esse processo de politização do eleitorado são as grandes possibilidades de utilização do "voto útil" que vem sendo registrado nas pesquisas. Segundo ele, a disputa política de 2018 se estabelece de forma mais direta entre Bolsonaro, que tem um eleitorado muito diverso, composto principalmente por pessoas que querem garantir que o PT não retorne ao governo, e Fernando Haddad, o candidato do PT do qual se espera que receba os votos que seriam direcionados a Lula. Diante disso, o professor acredita que o eleitorado de ambos os lados pode transferir seus votos para outros candidatos que tenham mais chances de vencer o principal adversário. "Tanto os eleitores de Bolsonaro podem mudar de voto para garantir que Haddad não vença em um segundo turno, quanto os eleitores de Haddad podem mudar seu voto para garantir que Bolsonaro não seja eleito, essa é a lógica do voto útil", explicou Paulo Fábio.

O professor discorda da ideia de que nesta eleição há muitos candidatos com agendas semelhantes: "acho que estamos diante de diferenças de abordagens, de modos de pensar e de plataformas que são maiores do que as diferenças na época dos cenários polarizados, como na disputa de 2010 entre Dilma e Serra". Porém, ainda que exista essa diferença nas pautas, os eleitores podem esperar por movimentos naturais de aliança entre os candidatos no segundo turno.

Ainda na análise de Paulo, a incerteza do eleitorado e a quebra do padrão de eleições polarizadas entre PT e PSDB, como vinha acontecendo desde 94 até as últimas décadas, é algo positivo para a democracia, pois apesar de existirem candidatos que acabam ficando de fora da disputa eleitoral, eles representam setores da sociedade, e já a incerteza do voto sinaliza a formação de um eleitorado com mais rigor. "Estamos passando por uma eleição muito fragmentada, mas ela está em um nível mediano de fragmentação se comparada com a de 89, por exemplo. É um processo difícil, com muitas contradições, mas dentro de um processo de reestruturação da disputa política. Não estamos em um caos, nós escapamos disso", destacou.

Claudio André corrobora com a afirmação de que hoje temos um eleitorado com visão mais crítica em relação ao sistema político, no entanto, considera que a fragmentação partidária possibilita a instabilidade dos governos e enfraquece o poder presidencial. "Mas seja qual for o governo, ele terá dificuldades de mediar interesses de segmentos da sociedade que estão mobilizados. Vai depender da capacidade de liderança do novo governo de conduzir o debate no congresso e também na sociedade", conclui.

Inegavelmente, eleições são sempre importantes e o voto continuará sendo um instrumento democrático de legitimação dos anseios e desejos da sociedade. Para Luciene Fernandes, nesse momento especialmente, o voto é uma arma na luta política para derrotar, novamente, um programa que há muito tempo vem sendo negado pela população brasileira, mas foi imposto através do golpe. Contudo, compreende que os desafios colocados para os movimentos sociais e sindicais vão muito além da eleição, mesmo que de candidaturas favoráveis. "Não há soluções fáceis para solucionar os problemas conjunturais e muito menos, os históricos do Brasil. Por isso, independentemente do resultado, as organizações populares e progressistas terão a difícil tarefa de compor uma força social que enfrente o avanço do neoliberalismo e das ideias reacionárias que estão em ascensão no país. E devem ter a capacidade de propor um projeto nacional uníssono, que discuta e enfrente os problemas sociais e acima de tudo, proponha soluções reais ao povo brasileiro", finaliza a presidenta da Apub.

> *"Vê-se nas pesquisas uma quantidade grande de eleitores que ainda não decidiram em quem votar, sinal de maturidade e não de alheamento."* Paulo Fábio Dantas

Carta aberta do PROIFES às/aos candidatas/os ao pleito de 2018*

A educação, em todos os níveis e modalidades, as Universidades e os Institutos Federais como fatores do desenvolvimento nacional e da soberania.

O PROIFES-Federação considera que o País enfrenta uma de suas maiores crises, não apenas no campo da economia, mas também da legitimidade, por parte de suas instituições. Nesse contexto, é tarefa essencial da entidade a firme defesa da Educação Pública, gratuita, universal e de qualidade, em todos os níveis, sobretudo no âmbito de sua principal área de atuação, o Ensino Superior, Técnico e Tecnológico: essa tem sido uma das principais bandeiras levantadas por nós, sempre na perspectiva da valorização dos profissionais da Educação, da melhoria constante das condições de trabalho no setor, da destinação de investimentos para a área e do desenvolvimento científico, tecnológico e social, rumo a um Brasil menos injusto e mais solidário.

No período 2003-2015, em decorrência de uma política educacional positiva, as instituições públicas de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico, em especial na esfera federal, experimentaram expressiva expansão. Essa realidade decorreu da disposição política dos governantes de então em investir na produção de conhecimento e na formação de profissionais qualificados para atender às demandas de crescimento do nosso país. Hoje, porém, esse legado está seriamente ameaçado pelas políticas propostas originalmente pelo atual – e ilegítimo – governo federal, e a seguir aprovadas pelo Congresso Nacional, em completa oposição ao caminho trilhado por administrações anteriores e em total descompasso com as propostas aprovadas nas urnas em 2014. Está em curso uma drástica política de cortes e um inaceitável contingenciamento dos recursos que deveriam ser repassados às Universidades, aos Institutos Federais, à Ciência e à Tecnologia, com cortes de 15% no custeio e 40% nos investimentos em obras. Foram R$ 4,3 bilhões a menos de recursos destinados ao MEC para esse fim, dos R$ 35 bilhões aprovados pelo Congresso Nacional. As áreas de Ciência e Tecnologia foram, da mesma forma, brutalmente atingidas, com cortes que em 2018 atingiram 44% do total dos recursos destinados em 2016. Essas decisões irão impactar de forma catastrófica na produção científica nacional, tendo em vista que 90% dela é oriunda das Universidades Públicas e dos Institutos Tecnológicos. O resultado dessas iniciativas já se faz notar: laboratórios estão sendo fechados, projetos estão sendo cancelados, e o mais grave, está havendo uma fuga de pesquisadores para outros países, não só os jovens como também os mais experientes.

Diante desses fatos e de muitos outros desmandos, a Conferência Nacional Popular de Educação, realizada em maio próximo passado, aprovou a Carta de Belo Horizonte. Assim, em consonância com as diretrizes aí dispostas, o PROIFES-Federação vem encaminhar às/aos candidatas/os ao pleito de 2018 o conjunto de propostas e demandas que se segue, considerados fundamentais para a garantia de uma Educação Pública, Gratuita, Universal e de Qualidade, em todos os níveis e modalidades.

*Esse texto é uma versão resumida da Carta Aberta do PROIFES-Federação aos candidatos e candidatas na eleição de 2018. A versão integral do documento, que foi aprovado no XIV Encontro Nacional, realizado entre 25 e 28 de julho desse ano, está disponível no site da Apub.

Dentre as temáticas gerais, reivindicamos:

- A defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito
- A imediata revogação da Emenda Constitucional 95
- A implantação de reformas tributária e fiscal
- O não encaminhamento de qualquer Reforma da Previdência que represente mais prejuízos à proteção dos trabalhadores, a revogação da Reforma Trabalhista aprovada pelo atual governo e o fim da terceirização, inclusive na educação, e de todos os ataques aos direitos trabalhistas.
- A realização de uma Auditoria da Dívida Pública
- A realização de Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva

Em relação a tópicos específicos da educação, demandamos:

- A implementação do PNE, garantidos os 10% do PIB, anualmente
- A destinação dos recursos do Pré-sal para a Educação e para a Saúde
- O fortalecimento da educação pública e a redução progressiva do financiamento público para o setor privado da educação.
- A retomada de agenda positiva de investimentos nas Universidades e Institutos Federais.
- A garantia da qualidade da educação e do ensino, inclusive no Ensino À Distância (EAD) e nos cursos de curta duração.
- O fim do cerceamento à liberdade de pensamento e de ensino
- A transformação do FUNDEB em política permanente de Estado
- A rediscussão da Base Nacional Comum Curricular
- A retirada da Reforma do Ensino Médio em curso
- A regulamentação da educação privada
- A implantação urgente de planos de cargos e carreiras, em todos os sistemas de ensino.
- O fim da interferência do Ministério da Educação no Fórum Nacional de Educação– FNE, com a reconstituição de sua composição original.